

1 **ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE**
2 **INSTRUMENTOS DE GESTÃO - CTINS DO COMITÊ DA BACIA LITORÂNEA**

3 Aos 25 dias de novembro de 2020, às 09h00, por videoconferência; iniciou-se a
4 28ª Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão - CTINS, do Comitê
5 da Bacia Litorânea, reunindo os membros **ARLINEU RIBAS**, coordenador da
6 CTINS, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
7 (ABES/PR); **JOSÉ LUIZ SCROCCARO**, do Instituto Água e Terra (IAT), **ELIANE**
8 **DE OLIVEIRA**, da PARANAGUÁ SANEAMENTO; **NEIVA CRISTINA RIBEIRO**,
9 da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), **PAULO HENRIQUE**
10 **CARNEIRO MARQUES**, da Universidade Federal do Paraná (UFPR/LITORAL),
11 **MAURICIO D'AGOSTINI SILVA** da Central de Água, Esgoto e Serviços
12 Concedidos do Litoral do Paraná (CAGEPAR), e os convidados; **ALEXANDRE**
13 **EDUARDO BRUNELLI JUCÁ** e **FERNANDA NAGAL** do Instituto Água e Terra
14 (IAT); **LUCAS DALSTOTTO** e **MÔNICA ORION**, da Companhia Paranaense de
15 Energia (COPEL), **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE** Grupo de Atuação
16 Especializada em Meio Ambiente, Habitação e Urbanismo (GAEMA-MPPR)
17 **FERNANDO RODERJAN** da PARANAGUÁ SANEAMENTO, **ENÉAS SOUZA**
18 **MACHADO (ABRH)**, **ROLDIFO JOSÉ ANGULO** (UFPR) O coordenador da
19 CTINS, **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, deu as boas-vindas a todos e abriu
20 oficialmente a reunião (item 1). O Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, solicitou
21 a aprovação da ata da reunião anterior (item 2) e ela foi aprovada. A Sra. **NEIVA**
22 **CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**, indicou correção da data de reunião prevista
23 para janeiro 2021. Em seguida, o Sr. **ARLINEU RIBAS**, da ABES/PR, deu
24 continuidade a pauta do dia:

25 **1. Abertura;**

26 **2. Aprovação da ata da 27ª reunião ordinária da CTINS;**

27 **3. Revisão do Regimento Interno;**

28 **4. Assuntos Gerais;**

29 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)** deu sequência ao item 3 da pauta, foi
30 questionado se seriam discutidos itens relativos GT e outros assuntos, dada a
31 presença de convidados como o Professor **ROLDIFO JOSÉ ANGULO (UFPR)**.
32 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)** foi esclarecido que conforme discutido em
33 reunião anterior optou-se por adiar a reunião referentes aos projetos do litoral
34 haja vista o impacto das eleições municipais 2020 nas equipes das prefeituras
35 envolvidas e possibilidade de em janeiro poder contar com a presença das
36 equipes de transição na reunião. A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE**
37 **(GAEMA-MPPR)**, expressou que havia recebido a pauta momentos antes, pela
38 manhã, e que os prazos regimentais e o cumprimento da pauta deveriam ser
39 respeitados, com intuito de os membros poderem melhor se organizar para seus
40 compromissos. Pontuou ainda que quando a pauta contasse com estudos
41 complementares e anexos ou documentos mínimos os mesmos deveriam ser
42 encaminhados com antecedência de 15 dias. E por fim, questionou a o
43 adiamento da reunião com tema relacionado aos projetos e obras no litoral, sob
44 a justificativa de alteração das composições das prefeituras, uma vez que a
45 eleição 2020 era pública e notória e as prefeituras deveriam contar com
46 funcionários concursados e capazes de acompanhar períodos de transição. O
47 Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, expressou que avaliaria a questão de ordem
48 levantada. E expressou ainda que as competências do comitê estavam sob a
49 ótica da gestão de recursos hídricos e pouco havia sido descrito no projeto
50 apresentado pelo IAT e no parecer técnico expresso pela UFPR, ressaltou ainda
51 que a presença das prefeituras municipais era essencial nas discussões se
52 dariam pois se discutiriam efeitos sobre a balneabilidade e lançamentos em suas
53 áreas de abrangência. Esclareceu ainda, que foi discutida em reunião da CTINS
54 anterior e sugerida a mudança para data futura, com objetivo de otimizar a
55 discussão. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, esclareceu que os estudos
56 do projeto proposto apresentados em reunião do Comitê foram disponibilizados.
57 A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, expressou que

58 era necessário para a discussão o envio de todo histórico do projeto,
59 licenciamento, projetos arquitetônicos e demais documentações para a análise
60 e que poderia disponibilizar uma lista dos referidos documentos. O Sr. **JOSÉ**
61 **LUIZ SCROCCARO (IAT)**, expressou que buscava providenciar os documentos
62 citados e que possivelmente teriam documentações que não seriam de posse do
63 IAT. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, reforçou que o comitê deveria se ater
64 a suas competências regimentais, as quais não contemplavam avaliação de
65 obras que não fosse sob o aspecto da gestão de recursos hídricos. O Sr. **JOSÉ**
66 **LUIZ SCROCCARO (IAT)**, complementou que dessa forma o foco deveria ser
67 na macro e microdrenagem. A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE**
68 **(GAEMA-MPPR)**, esclareceu que os projetos de enrocamento, engorda da praia,
69 revitalização de obras de arte, pontes e passarelas interferem no recurso hídrico
70 assim como na sua relação com o mar. E que mesmo partindo do ponto de vista
71 das competências do comitê, era impossível perder vista o impacto ambiental
72 sinérgico do conjunto de obras. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**,
73 esclareceu que verificado o que prevê o regulamento do comitê e suas
74 competências seriam disponibilizadas as informações cabíveis. Na sequência foi
75 definido que seria feita a leitura somente dos itens com alterações previstas
76 iniciando pelo Art.4º. O Sr. **FERNANDO RODERJAN (PARANAGUA**
77 **SANEAMENTO)**, questionou sobre o responsável pela execução do plano de
78 bacia. O **ENÉAS SOUZA MACHADO (ABRH)**, esclareceu acreditar ser uma
79 execução difusa e compartilhada, e que havia atribuições específicas do IAT. A
80 Sr. **FERNANDA NAGAL (IAT)**, esclareceu que as competências eram dadas
81 pela lei 12.726/1999 e pelo decreto 9.130/2010. O Sr. **FERNANDO RODERJAN**
82 **(PARANAGUA SANEAMENTO)**, comentou que o comitê teve o trabalho de
83 acompanhamento da execução do plano de bacia e ele havia sido aprovado no
84 CERH-PR, e de quem seria a responsabilidade de implementação do plano
85 aprovado. A Sr. **FERNANDA NAGAL (IAT)**, revelou concordar com o Sr. **ENÉAS**
86 **SOUZA MACHADO (ABRH)**, e que atores tinham sido indicados no plano de
87 ação constante no plano de bacia. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
88 **MARQUES (UFPR/LITORAL)**, questionou sobre os sobre os represamentos na
89 região litorânea seus tipos e seus procedimentos. Foi esclarecido sobre a
90 portaria 130/2020 do IAT que dava parâmetros sobre represamentos e que fosse
91 necessário ocorrer de outro critério para o litoral elas deveriam ser avaliadas. A
92 Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, expressou que
93 como a alteração prevista estava atrelada a uma alteração legal, deveria estar
94 previsto em ata que a alteração no inciso V, alínea b), do Art.4º, decorreu da
95 portaria 130/2020 IAT. Foi esclarecido que na verdade nada estava sendo
96 alterado no regimento do comitê, e sim seria mantido o texto previsto
97 anteriormente e compatível ao decreto 9.130/2010, e que seria avaliada a
98 necessidade de normativa específica ao litoral. Na sequência no inciso V do
99 Art.4º, foi confirmada a atualização do nome da entidade estadual. Na sequência
100 foi feita a leitura do Art.5º e discutida a proposta de inclusão de mais duas
101 entidades técnicas profissionais para compor a sociedade civil organizada. A
102 Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, questionou a
103 desproporcionalidade de se adicionar mais entidades técnicas profissionais em
104 relação aos quantitativos da sociedade civil. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
105 expressou que intenção de se adicionar membros nesse setor se dava ao fato
106 que seriam necessárias pessoas capacitadas para compor câmaras técnicas de
107 acompanhamento dos trabalhos frente a implementação do plano de bacia.
108 Ressaltou ainda que havia entidades de todos os segmentos que não estavam
109 participando efetivamente das atividades do comitê e que havia sido feito um
110 contato para averiguar a intenção de continuidade delas no comitê. Foi
111 esclarecido que as proporcionalidades entre segmentos seriam mantidas
112 conforme a legislação vigente e aumentaria a participação relativa da sociedade
113 civil. A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, expressou
114 que havia critérios de proporcionalidade internas e externas e que devido à

115 complexidade do sistema litorâneo outros setores necessitariam de maior
116 representação. Somado a isso, externou que havia representação de entidades
117 técnicas nos segmentos de usuários de RH. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
118 externou discordar do posicionamento da Sra. **PRISCILA DA MATA**
119 **CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, na medida que a proporcionalidade prevista
120 por lei estaria sendo respeitada, e que as necessidades identificadas até o
121 momento indicavam a necessidade de incremento em entes com caráter técnico,
122 mas que não se opunha a entrada em outros setores desde que identificada a
123 necessidade de inclusão deles. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
124 **MARQUES (UFPR)**, expressou que concordava com o posicionamento de que
125 seria possível a inclusão de outros entes em caso necessário e que nem sempre
126 as representações no comitê compareciam efetivamente para representar seus
127 setores. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, questionou como havia sido
128 estruturada a grade inicial de representantes. O Sr. **ENÉAS SOUZA MACHADO**
129 **(ABRH)**, esclareceu que foi mediante convite e adequação de composição. A
130 Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**, que deveria ser avaliada a
131 previsão legal sobre a proporcionalidade e que o comitê vinha desempenhando
132 um bom trabalho com relação a paridade interna. A Sra. **PRISCILA DA MATA**
133 **CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, pediu para que ficasse registrado em ata a
134 desproporcionalidade interna no segmento de usuários, e que fosse feito um
135 levantamento das entidades que atuam no litoral do Paraná, para identificar
136 interessados e municiar próximas discussões. O Sr. **PAULO HENRIQUE**
137 **CARNEIRO MARQUES (UFPR)**, sugeriu que mais entidades de ensino e
138 pesquisa pudessem participar comitê uma vez que haveria mais entidades nesse
139 setor com a possibilidade de compor o comitê, e se tal chamamento se daria por
140 convite. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, comentou que deveria ser avaliada
141 a intenção da continuidade no comitê por parte das entidades, e que demais
142 entidades com interesse mesmo que não sendo membros poderiam participar
143 das atividades do comitê como convidados. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO**
144 **(SANEPAR)**, esclareceu que em relação aos representantes de comunidades
145 indígenas, deveria haver coordenação entre as comunidades e seu
146 representante no comitê, uma vez que era inviável a presença de todos como
147 representantes, ressaltou, porém, que todos estavam convidados a participar
148 uma vez que as reuniões eram abertas e públicas. Citou como exemplo a não
149 participação de todas as prefeituras municipais. O Sr. **LUCAS DALOTTO**
150 **(COPEL)**, externou que independentemente do número de membros, a não
151 participação das entidades deveria implicar nas medidas cabíveis previstas em
152 regimento. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, externou sua preocupação em
153 membros que participem efetivamente do comitê uma vez que inflar o comitê
154 com baixa representatividade efetiva poderia prejudicar o atingimento de quórum
155 mínimo para instalação das reuniões. A Sra. **PRISCILA DA MATA**
156 **CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, pediu para que ficasse registrado em pauta os
157 seguintes assuntos absolutamente distintos: 1 – As reuniões públicas eram de
158 fato públicas e que o MPPR havia feito um esforço para ampla participação
159 social em especial durante o desenvolvimento do plano de bacia; 2 – Expressou
160 concordar com o Sr. **LUCAS DALOTTO (COPEL)**, e que de fato medidas
161 deveriam ser tomadas a fim de melhorar a representação efetiva dos setores no
162 comitê; 3 – Em relação a desproporcionalidade proposta ao segmento da
163 sociedade civil, e seus efeitos sobre voto de matérias do comitê e que estes
164 últimos eram distintos dos anteriores. Na sequência foi feita a leitura do Art. 6º e
165 propostas de alteração. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO MARQUES**
166 **(UFPR)**, sugeriu que alterações fossem feitas a qualquer momento quando
167 evidente a necessidade. O Sr. **JOSÉ LUIZ SCROCCARO (IAT)**, sugeriu que
168 alterações fossem feitas ao final de mandato para que se possa avaliar nova
169 configuração para o mandato seguinte. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**,
170 esclareceu que tal previsão não era adequada ao novo período de mandato de
171 quatro anos. E foi sugerida que se estabelecesse um parágrafo descrevendo que

172 entidades que entrassem fora do período regular de mandato teriam mandatos
173 reduzidos e com encerramento concomitante às demais entidades. A Sra.
174 **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-MPPR)**, concordou com a
175 sugestão do Sr. **LUCAS DALSTOTTO (COPEL)**, mas que deveria ser avaliada
176 efetividade imediata da alteração ou sua vigência para o próximo mandato, a fim
177 de garantir segurança jurídica, já que uma determinada composição havia sido
178 escolhida para o quadriênio de mandato. O Sr. **PAULO HENRIQUE CARNEIRO**
179 **MARQUES (UFPR)**, questionou se no caso de negativa do interesse de uma
180 entidade em continuar no comitê ele não deveria ser mais flexível para evitar a
181 ociosidade de uma cadeira durante o mandato. Foi esclarecido que casos de
182 substituição e entes estavam previstos e não constituíam alteração de
183 composição. O Sr. **LUCAS DALSTOTTO (COPEL)**, externou sua preocupação
184 com a entrada em ciclos dispares com relação a perda de interesse de entidades
185 e possibilidade de prejudicar o quórum de reuniões. O Sr. **ARLINEU RIBAS**
186 **(ABES/PR)**, reforçou que havia dois pontos distintos entre incremento de
187 entidades e, portanto, alteração de composição e a substituição de entes, o qual
188 já estava contemplado pelo texto original do comitê e no momento se discutia o
189 primeiro ponto citado. Aproveitou ainda para externar que acredita ser melhor
190 que os efeitos de alteração de composição sejam efetivos e imediatos à sua
191 aprovação, e que a natureza sequencial dos assuntos permitia tal abordagem. O
192 O Sr. **LUCAS DALSTOTTO (COPEL)**, sugeriu que as mudanças se dessem em
193 prazo fixo de dois anos de mandato. A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE**
194 **(GAEMA-MPPR)**, externou que na avaliação item a item como feito até o
195 momento poderia comprometer a visão do todo e que as preocupações do
196 Presidente eram justificadas, mas que estavam atreladas ao problema de
197 representação das entidades no comitê e deveriam ser cumpridos os
198 mecanismos do regimento no sentido de melhorar a participação de um
199 determinador setor ou segmento. Por explanou que o problema de
200 representatividade deveria se resolver no artigo de substituição de membros, a
201 alteração de composição deveria ser um instrumento de gestão a longo prazo.
202 Devido ao horário avançado foi sugerida a consolidação das discussões do dia
203 em uma proposta, e marcada a data 02/12/2020 das 9h às 11h30 para a próxima
204 reunião de pauta regimento. A Sra. **NEIVA CRISTINA RIBEIRO (SANEPAR)**,
205 sugeriu que fosse revista a ata da 27ª CTINS para ajustes na próxima reunião.
206 O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, requisitou que para a próxima pauta da
207 CTINS fosse avaliada a pauta da próxima reunião plenária do comitê a se realizar
208 em dezembro de 2020. A Sra. **PRISCILA DA MATA CAVALCANTE (GAEMA-**
209 **MPPR)**, sugeriu eu fosse organizado um cronograma de atividades, pautas e
210 possíveis datas independente dos prazos regimentais para melhor organização
211 do grupo no período de fim do ano. O Sr. **ARLINEU RIBAS (ABES/PR)**, sugeriu
212 que na próxima reunião seriam discutidos assuntos dessa natureza. Sem mais
213 para o momento a reunião foi encerrada.

214

215

216 **Arlineu Ribas**

217 Coordenador da CTINS do CBH Litorânea